

Análise do “Currículo Mínimo de História 2012”, do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

Texto de autoria do bolsista de iniciação à docência André Ramos Ielo, 14 de julho de 2014

O currículo mínimo de história¹ se apresenta, em sua introdução, como um guia sobre que conceitos de história devem ser abordados nos respectivos anos e bimestres escolares e, ainda, sobre quais “habilidades e competências” devem ser desenvolvidas pelos alunos, além de procurar levar aos alunos discussões acerca dos direitos humanos, cidadania e igualdade através das aulas e dos conceitos e temas históricos tratados em sala de aula. No que se refere a sua estrutura, o currículo é dividido em quatro partes: a apresentação, a introdução, o currículo do sexto ao nono ano do ensino fundamental e, depois, do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Durante a leitura da apresentação e da introdução percebe-se que, de acordo com o texto, o ponto forte do currículo pretende ser ensinar comportamento cidadão e ético através do ensino da história. Na introdução, por exemplo, lê-se que o enfoque dado ao currículo “almeja produzir efeitos na vida dos alunos ao dar importância às identidades dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar como cidadãos, como agentes de inclusão e de promoção social” (p. 3). Espera-se que o educando, “ao fim do processo escolar, participe ativamente da sociedade como cidadão, seja a partir de sua inserção no mundo do trabalho, seja na continuidade dos seus estudos ou em quaisquer outras experiências” (p. 3).

Esse currículo, a meu ver, cumpre apenas com o seu primeiro objetivo, o de estipular quais temas e conceitos históricos são convenientes para um determinado ano escolar. Como, por exemplo, falar sobre Iluminismo e Revolução Francesa no oitavo ano do ensino fundamental e, no sexto ano, falar sobre o período da Antiguidade, além de abordar, no primeiro bimestre do sexto ano, o tema “Compreensão da História” (p. 6). Ao abordar esse tema, o professor, deve esclarecer para os alunos a “noção de História”; “analisar o conceito de fonte histórica: suas diferenças e a natureza específica de cada uma delas” e; “identificar diversas formas de medida do tempo”.

Não sei o quanto um currículo desses deve se aprofundar sobre os temas e conceitos que estabelece a serem ensinados em sala de aula, mas, nesse currículo

1 Disponível em http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/curriculo_aberto.asp.

especificamente, os temas e conceitos são postos de forma superficial e, às vezes, de maneira vaga. Esse é o caso do “O encontro de culturas: África e América” (p. 8). Aqui, a preocupação maior é a valorização das diferenças culturais e o respeito a elas, mas nada está sendo dito sobre a história da África, das suas sociedades, religiões, economias, conflitos, entre outros temas que são abordados constantemente ao se ensinar a história dos países europeus. “Revolução Francesa”, “Primeira e Segunda Guerra Mundial”, “Expansão Marítima”, “Formação do Estado Moderno”, “Iluminismo”, entre outros, são temas citados no Currículo Mínimo que abordam tanto a economia quanto as religiões, as formas de organização política e as sociedades europeias e seu desdobramento ao longo do tempo. Infelizmente, o mesmo não ocorre quando o documento se refere à história da África, da Ásia, da Oceania e dos Ameríndios; elas não aparecem como temas centrais, mas como subtemas de um processo histórico europeu e/ou americano. Por exemplo, onde se encontra, no currículo, a menção aos impérios africanos e asiáticos? Muitos deles foram tão poderosos quanto os impérios europeus de seu tempo. Por que não é importante estudar a civilização asteca, o império mongol e o otomano, como se estuda o império napoleônico, o romano e a civilização grega? O que ocorre, a meu ver, é uma periferização de um pedaço da história humana, processo no qual uma parte é apresentada aos alunos como conhecimento fundamental e a outra parte, como um subtema, inserido no principal, entendido como sem importância histórica suficiente para ser trabalhado de forma mais aprofundada. Essa hierarquia entre temas e subtemas dentro do ensino de história apresentada nesse currículo, somada com a minha experiência em sala de aula, do meu ponto de vista como aluno, resulta na vitimização daquele conteúdo periférico. Normalmente, quando se fala da história dos asiáticos, indígenas e africanos, está se referindo a algum processo desumano, como a escravização, a partilha da África e da Ásia, o colonialismo e o imperialismo. Eles são utilizados como um instrumento para se ensinar e abordar, dentro da sala de aula, a necessidade do respeito e da convivência pacífica entre os povos, tendo-os como exemplo histórico das consequências geradas por ações desumanas praticadas por instituições e/ou indivíduos. A sua história, de fato, a sua história como sociedade, não está presente nesse currículo mínimo e, provavelmente, não está presente em inúmeras outras propostas curriculares praticadas pelas escolas brasileiras.

Em contrapartida, o currículo acerta ao propor ensinar cidadania pela História, e

vice-versa, mas peca quando deveria aprofundar e especificar os temas e as “habilidades e competências” a serem desenvolvidas pelos alunos. Seria necessário propor mais habilidades a serem desenvolvidas em alguns casos, como já discutido no parágrafo anterior, principalmente no que se refere à compreensão mais aprofundada de conteúdos tratados como “subtemas”. O currículo é bom, podia ser muito melhor, mas, por introduzir o ensino do ofício do historiador e ao querer ensinar cidadania pela História, já se torna, para mim, um currículo muito útil. Afinal, ele ajuda a uniformizar os temas a serem ensinados, quando devem ser ensinados e que “habilidades e competências” devem ser desenvolvidas pelos alunos, criando, como consta na apresentação (p.2), um solo firme para o desenvolvimento e a construção de uma educação que promova o respeito mútuo, a interdisciplinaridade e a compreensão da relação entre estudar História e entender a realidade em torno de cada um de nós, além de favorecer senso crítico e consciência política, duas características fundamentais para qualquer indivíduo.